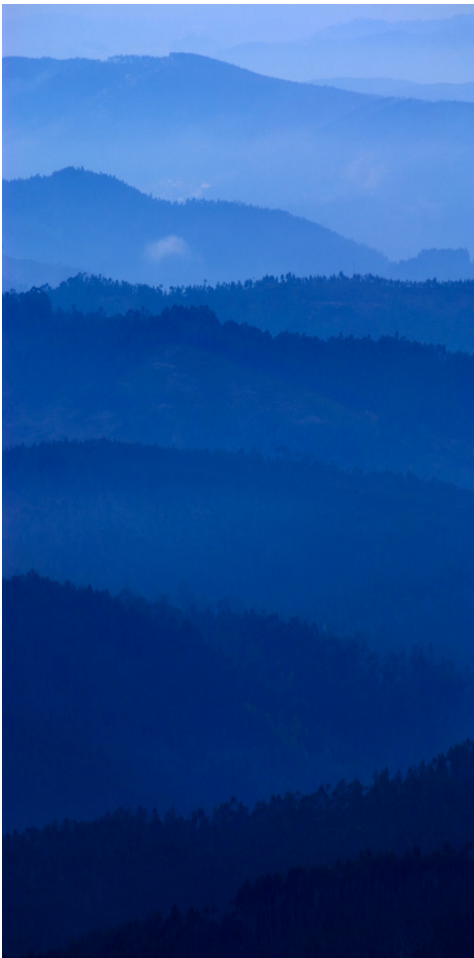




FACULDADE DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente



Resumo Não Técnico

Avaliação Ambiental Estratégica

Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro



www.fct.unl.pt

Equipa Técnica

Coordenação:

Paula Antunes
Rui Santos

Equipa de Projecto:

Gonçalo Lobo
Nuno Videira
Sérgio Costa
Sofia Guedes Vaz
Theo Fernandes
Tomás Ramos

A equipa de trabalho é assessorada por António Brito da Universidade do Minho.

Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Universidade Nova de Lisboa

Campus de Caparica
2829-516 Caparica
Portugal

Telefone: 21 2948300
Fax: 21 2948554
Internet: <http://www.dcea.fct.unl.pt>



Universidade de Évora



FACULDADE DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Índice

1. Introdução	5
2. Objecto da Avaliação Ambiental Estratégica: O que se avaliou?.....	9
3. Metodologia da Avaliação Ambiental Estratégica: Como se avaliou?.....	11
4. Situação actual e tendências de evolução sem PROT	14
5. Avaliação Estratégica de Impactes	19
6. Recomendações e monitorização ambiental estratégica.....	22



Universidade de Évora



1. Introdução

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva Europeia 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente – Directiva de Avaliação Ambiental Estratégica. Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, estabelece que os planos regionais de ordenamento do território devem ser acompanhados por um relatório ambiental, no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano.

Neste contexto, e no âmbito do processo de elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Centro (PROT-C), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR) desencadeou o correspondente processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), por forma a avaliar os efeitos significativos no território das opções de desenvolvimento e do modelo territorial propostos para a região e contribuir para uma melhor integração das considerações ambientais e objectivos de sustentabilidade no PROT-C.

O PROT-C é um instrumento fundamental de articulação entre o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), os diversos instrumentos de política sectorial com expressão territorial e os instrumentos de planeamento municipal. Ao desenhar opções estratégicas e um modelo territorial para a Região e ao prever os respectivos instrumentos de execução, normas orientadoras e um programa de acção, irá permitir enquadrar, a partir de políticas territoriais de âmbito regional, quer a revisão dos PDM quer os investimentos do QREN.

A região Centro detém uma posição estratégica para a estruturação do território nacional, um sistema urbano multipolar e possui recursos essenciais, em particular hídricos e florestais, para o desenvolvimento do país. A elaboração do PROT constituiu uma oportunidade para construir “novos consensos” em torno de uma “nova visão” sobre a inserção da região no espaço nacional e europeu, e para definir um modelo de desenvolvimento que reforce o potencial dos seus sistemas urbano e científico-tecnológico, explore as vantagens das novas acessibilidades e promova a protecção e valorização dos seus recursos naturais e culturais.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2006 estabelece um conjunto de objectivos estratégicos para a prossecução do PROT-C, nomeadamente:

- a) Definir as opções estratégicas de base territorial para o desenvolvimento da região Centro, contemplando, designadamente:

A concretização das opções constantes dos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, no respeito pelos princípios gerais da coesão, da equidade, da competitividade, da sustentabilidade dos recursos naturais e da qualificação ambiental, urbanística e paisagística do território;

O reforço dos factores de internacionalização da economia regional e a valorização da posição estratégica da região para a articulação do território nacional e deste com o espaço europeu;

A protecção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais;

O aproveitamento do potencial turístico, dando projecção internacional ao património natural, cultural e paisagístico;

A mobilização do potencial agro-pecuário e a valorização dos grandes empreendimentos hidro-agrícolas;

O desenvolvimento de uma política integrada para o litoral;

O reforço da cooperação transfronteiriça, visando uma melhor inserção ibérica das sub-regiões do interior;

- b) Definir o modelo de organização do território regional, tendo em conta a necessidade de:

Valorizar a natureza multipolar da rede urbana para o desenvolvimento de um sistema urbano verdadeiramente policêntrico, reforçando a integração entre sistemas urbanos sub-regionais;

Densificar as interacções intra-regionais, nomeadamente estruturando as redes regionais de equipamentos e serviços, e melhorando as redes estruturantes de transportes internas à região;

Reforçar o potencial de desenvolvimento dos grandes corredores de transporte nacionais e transeuropeus que atravessam a região, modernizando infra-estruturas, estimulando complementaridades entre centros urbanos e melhorando as articulações com as redes intra-regionais;

Reforçar a rede regional de instituições de ensino superior, de I&D e centros tecnológicos, em articulação com os espaços de localização de actividades intensivas em conhecimento e conteúdo tecnológico;

Desenvolver uma rede de áreas empresariais para o ordenamento e aumento da competitividade do modelo de industrialização difusa da faixa litoral;

Identificar a estrutura de protecção e valorização ambiental, integrando as áreas classificadas (incluindo os imperativos decorrentes da Rede Natura 2000) e outras áreas ou corredores ecológicos relevantes do ponto de vista dos recursos, valores e riscos naturais e da estruturação do território;

Proteger e valorizar o património arquitectónico e arqueológico, condicionando o uso dos espaços inventariados e das suas envolventes;

Desenvolver novas formas de relação urbano-rural, com base na diversificação de funções dos espaços rurais e na organização de uma rede de centros de excelência em espaço rural;

Articular a estratégia de desenvolvimento territorial com as opções definidas para a região do Norte e para a região de Lisboa e Vale do Tejo, em particular tendo em conta a localização do novo aeroporto de Lisboa e a futura acessibilidade ferroviária em alta velocidade;

- c) Identificar os espaços sub-regionais relevantes para a operacionalização do PROT e desenvolver estratégias e propostas adequadas à sua diversidade, valorizando especificidades e reforçando complementaridades como meio de afirmação da competitividade e coesão regionais;
- d) Definir orientações e propor medidas para o uso, ocupação e transformação do solo adequadas às especificidades dos modelos e padrões de povoamento, às características das estruturas urbanas e às exigências dos novos factores de localização de actividades, em particular para contrariar os fenómenos de urbanização e edificação difusa para fins habitacionais ou instalação de actividades não rurais;
- e) Definir orientações e propor medidas para um adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas protegidas ou classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes;

- f) Identificar e hierarquizar os principais projectos estruturantes do modelo territorial proposto, bem como os que concorram para o desenvolvimento dos sectores a valorizar, e definir orientações para a racionalização e coerência dos investimentos públicos;
- g) Contribuir para a formulação da política nacional e regional de ordenamento do território, harmonizando os diversos interesses públicos com expressão espacial, e servir de quadro de referência e definir orientações para as decisões da Administração e para a elaboração de outros instrumentos de gestão territorial;
- h) Definir mecanismos de monitorização e avaliação da execução das disposições do PROT-C.

O PROT-C aplica-se ao território da Região Centro (NUTS II), excluindo as sub-regiões NUTS III do Oeste e do Médio Tejo (Figura 1), sendo constituída por 78 municípios, designadamente: Águeda, Aguiar da Beira, Albergaria-a-Velha, Almeida, Alvaiázere, Anadia, Ansião, Arganil, Aveiro, Batalha, Belmonte, Cantanhede, Carregal do Sal, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Castro Daire, Celorico da Beira, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Covilhã, Estarreja, Figueira de Castelo Rodrigo, Figueira da Foz, Figueiró dos Vinhos, Fornos de Algodres, Fundão, Góis, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Ílhavo, Leiria, Lousã, Mação, Mangualde, Manteigas, Marinha Grande, Mealhada, Meda, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Murtosa, Nelas, Oleiros, Oliveira de Frades, Oliveira do Bairro, Oliveira do Hospital, Ovar, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penalva do Castelo, Penamacor, Penela, Pinhel, Pombal, Porto de Mós, Proença-a-Nova, Sabugal, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Sertã, Sever do Vouga, Soure, Tábua, Tondela, Trancoso, Vagos, Vila de Rei, Vila Nova de Paiva, Vila Nova de Poiares, Vila Velha de Ródão, Viseu e Vouzela.

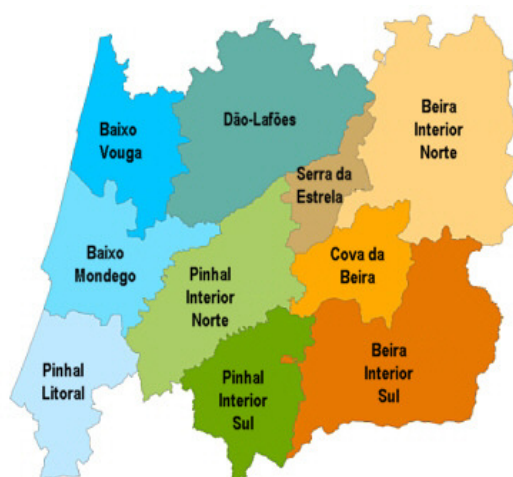


Figura 1 – Âmbito territorial do PROT-C - sub-regiões NUTS III (Fonte: CCDRC)

O PROT-C é elaborado segundo o objectivo geo-estratégico de afirmar a Região Centro como um território portador de um contributo activo e autónomo para a estruturação e desenvolvimento sustentável do território continental numa lógica de combinação virtuosa entre objectivos de competitividade e de coesão territoriais. Esta opção corresponde a estruturar um modelo territorial que afirme a sua autonomia face às regiões urbanas de Lisboa e do Porto. Corresponde também a afirmar-se como um território pertinente de políticas públicas de base territorial e a um espaço de integração de diferentes políticas sectoriais.

A combinação virtuosa desejada entre objectivos de competitividade e de coesão é entendida no sentido do alargamento da base territorial da competitividade da Região Centro, contribuindo para que uma mais larga gama de territórios possa ser pensada segundo lógicas de competitividade, alargando a base de recursos endógenos mobilizáveis para o desenvolvimento. Essa combinação virtuosa é também entendida no sentido de assegurar níveis mínimos de serviços e de funções públicas nos territórios de mais baixa densidade, assegurando nesses territórios a concretização do direito de cidadania e de acesso a padrões de dignidade em matéria de qualidade de vida.

A estratégia do PROT-C sustenta que o desenvolvimento de políticas públicas territoriais com o objectivo de estruturar um modelo territorial capaz de se afirmar competitiva e diferenciadamente face às duas mencionadas regiões urbano-metropolitanas poderá contribuir para i) um modelo territorial mais equilibrado do território continental, ii) para a consolidação de áreas mais alargadas de criação de emprego e, seguramente, iii) melhores condições de vida à população que faz da Região Centro o seu território de residência e de procura de emprego.

A AAE é um instrumento preventivo de política de ambiente que visa garantir que determinados planos e programas, susceptíveis de ter efeitos significativos no ambiente, sejam sujeitos a uma avaliação ambiental, permitindo assim introduzir preocupações ambientais e de sustentabilidade numa fase inicial dos processos de planeamento.

No presente Resumo Não-Técnico destacam-se os pontos fundamentais do Relatório Ambiental elaborado no decurso da AAE, onde se inclui uma análise da situação actual e tendências de evolução para os factores ambientais na ausência de PROT e a avaliação estratégica de impactes, sendo ainda apresentadas recomendações para promover uma mais adequada integração dos aspectos ambientais. O Relatório Ambiental será facultado às autoridades e ao público com o objectivo de recolher junto das partes interessadas as suas observações sobre o processo e resultados da avaliação. Assim, os resultados do processo de consulta pública deverão integrar a versão consolidada daquele documento.

2. Objecto da Avaliação Ambiental Estratégica: O que se avaliou?

O PROT-C está estruturado em 3 níveis diferentes efectuando-se o exercício de AAE a estes 3 níveis. O primeiro apresenta a visão estratégica para a região que se desdobra em 12 factores. O segundo nível organiza-se em torno de 5 sistemas estruturantes que podem ser analisados por três diferentes perspectivas: como modelo territorial, pelas normas gerais específicas e pelas orientações de política sectorial. O terceiro e último nível organiza-se em torno das 4 unidades territoriais da região.

O PROT-C apresenta uma visão estratégica traduzida em termos espaciais por um Modelo Territorial, resultante da integração de cinco sistemas estruturantes, nomeadamente:

- Os **sistemas produtivos**, que representam as principais fontes de geração de rendimento e de emprego, traduzindo a capacidade endógena de sustentação económica da Região;
- O **sistema urbano**, que representa os padrões e as dinâmicas de ocupação urbana;
- O **sistema de acessibilidades e transportes**;
- O **sistema ambiental** que engloba as componentes de estrutura de protecção e valorização ambiental, unidades de paisagem e espaços físicos;
- O **sistema de prevenção e minimização de riscos**.

As **Unidades Territoriais** ou os Enfoques Sub-Regionais consistem no desenvolvimento da proposta do modelo territorial apresentado. Nestes enfoques enfatizam-se os principais traços de caracterização e de prospectiva, que, ao nível sub-regional contribuem para a operacionalização dos objectivos contidos no PROT-C. A proposta de modelo territorial considera as seguintes unidades territoriais:

- Centro Litoral
- Dão Lafões/ Planalto Beirão
- Beira Interior
- Pinhal Interior e Serra da Estrela.

O modelo territorial, estruturado segundo os cinco sistemas acima descritos, constitui o cerne do PROT-C e conseqüentemente constitui a base sobre a qual é estruturada a avaliação estratégica de impactes. Desta forma, a avaliação das normas orientadoras é efectuada em função dos referidos sistemas estruturantes, sendo propostas recomendações que permitam uma melhor integração dos objectivos ambientais e de sustentabilidade para a Região. A AAE é conduzida a uma escala de análise regional, onde são analisadas as questões de carácter estratégico, apresentando-se ainda uma análise sumária com base nas Unidades Territoriais.

Por último, deve sublinhar-se que as orientações metodológicas em matéria de AAE requerem a consideração de alternativas na avaliação do objecto de estudo, uma vez que o conhecimento das alternativas razoáveis existentes permite avaliar se estes efeitos são evitáveis ou não no respeito pelo cumprimento dos objectivos do plano.

No âmbito dos estudos de fundamentação do PROT-C foi efectuado um exercício de Prospectiva Territorial, onde foram desenvolvidos um conjunto de cenários de prospectiva para a região. Deste modo, a visão e o modelo territorial propostos resultam já de uma concertação em sede de Comissão Mista de Coordenação (CMC) em torno desses cenários de prospectiva para a Região. Neste sentido, a presente AAE não contempla formalmente a

análise de diferentes alternativas. Contudo, a AAE procura incorporar ao longo da avaliação um conjunto de recomendações que permitam contribuir para a configuração de modificações ao plano no sentido de evitar os efeitos negativos identificados e potenciar os efeitos positivos em termos de ambiente e sustentabilidade das propostas apresentadas. Assim, novas alternativas surgirão através da influência da AAE no próprio plano.

3. Metodologia da Avaliação Ambiental Estratégica: Como se avaliou?

O processo de AAE foi estruturado em torno de factores de ambiente e sustentabilidade (Quadro 1), quer ao nível da caracterização da situação actual, quer na avaliação estratégica dos impactes. Na Figura 2 apresentam-se as diferentes fases da metodologia geral adoptada para a presente AAE.

Quadro 1 – Factores de avaliação pertinentes para a AAE do PROT-C

Governança
Governança significa exigência quer com os governantes quer com os governados. Sendo a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial fulcrais, este factor de avaliação permite investigar aspectos institucionais, de governação e de implementação do próprio PROT-C e a sua aposta numa cidadania activa, de forma a potenciar a transparência, participação, responsabilização, eficácia e coerência.
Desenvolvimento Humano
Este factor permitirá avaliar de que forma poderá o PROT-C contribuir para a melhoria de vida da população, não só a nível material, mas também político, pessoal e mesmo emocional. O objectivo não será impôr determinadas maneiras de funcionar às populações, mas dar-lhes as <i>capabilidades</i> ¹ para o fazerem, caso desejem, dando-lhes oportunidades, educação, recursos e “espaço”. Este factor avalia quanto estará o sistema institucional disposto a investir nas <i>capabilidades</i> , ou seja na capacidade de escolha informada para se ter a vida que se quer.
Desenvolvimento Económico
O contributo do PROT-C para o desenvolvimento das actividades económicas regionais e para a competitividade da economia regional é avaliado tendo em consideração a forma como os aspectos ambientais são integrados nas orientações de promoção de actividades económicas, nas estratégias de diversificação e modernização do tecido produtivo, nas intervenções de promoção dos factores de competitividade, nas intervenções de natureza institucional e/ou infra-estrutural, na criação de emprego e sua qualificação e na reestruturação de actividades com forte impacte ambiental.
Dinâmica Territorial
Permite avaliar o contributo do PROT-C para a dinâmica do território. Este factor pretende reflectir a influência das acções estratégicas do plano em algumas das componentes-chave do ordenamento, planeamento e gestão do território regional. A análise territorial deverá ter presente objectivos de protecção, valorização e requalificação ambiental e paisagística, bem como de desenvolvimento económico e equidade social.
Alterações Climáticas
As alterações climáticas e os seus potenciais impactes assumem um papel cada vez mais relevante na espacialização das actividades naturais e humanas, podendo acentuar riscos e vulnerabilidades e condicionar a evolução socioeconómica de um determinado território. O facto das suas causas estarem associadas às emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e a alterações no uso do solo decorrentes das actividades antropogénicas confere a este factor um carácter intrínseco à avaliação de sustentabilidade de qualquer estratégia de ordenamento. Nesse contexto, a avaliação estratégica do PROT-C deverá analisar os seus impactes tendenciais nas actividades que contribuem mais significativamente para as emissões de GEE a

¹ Amartya Sen e Martha Nussbaum, desenvolveram esta teoria das *capabilidades* (tradução directa do termo do inglês *capabilities*), que deu origem ao Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, que é publicado desde 1990.

nível regional, bem como nos reservatórios e sumidouros de carbono.

Recursos Naturais

Permite avaliar o contributo do PROT-C para uma utilização sustentável dos recursos naturais na Região Centro. Face às especificidades do território, a análise incidirá fundamentalmente sobre os recursos hídricos, energéticos e florestais. Refira-se que os aspectos relacionados com os recursos biológicos e ecológicos são avaliados pelo factor Biodiversidade e Conservação da Natureza.

Biodiversidade e Conservação da Natureza

O conceito de biodiversidade relaciona-se com a variedade e riqueza da vida, aos níveis genético, taxonómico e ecológico. As múltiplas interações dentro e entre ecossistemas, para além do seu valor intrínseco, traduzem-se na provisão de um conjunto de bens e serviços essenciais para o bem-estar humano. Neste factor pretende avaliar-se o modelo territorial proposto no PROT-C em termos dos seus efeitos na preservação e utilização sustentável da biodiversidade dos ecossistemas, bem como na conservação dos valores naturais da região.

Qualidade do Ambiente

Permite avaliar o contributo do PROT-C para a qualidade do ambiente na Região, nomeadamente quais as implicações do modelo territorial proposto na qualidade do ar, água e solo e na gestão de resíduos. Os aspectos relacionados com a qualidade dos ecossistemas são avaliados pelo factor Biodiversidade.

Riscos Naturais e Tecnológicos

A Região Centro é ciclicamente fustigada por incêndios e apresenta problemas graves de erosão costeira em certos troços do litoral. Desta forma, este factor é extremamente relevante no contexto regional, pretendendo avaliar de que forma o PROT-C contribui para a redução da vulnerabilidade e para o aumento da capacidade de resposta em caso de acidente. Também será avaliada a forma como o modelo territorial proposto acautela os riscos inerentes às alterações climáticas e potencia a capacidade de resposta para garantir a segurança de pessoas e bens.

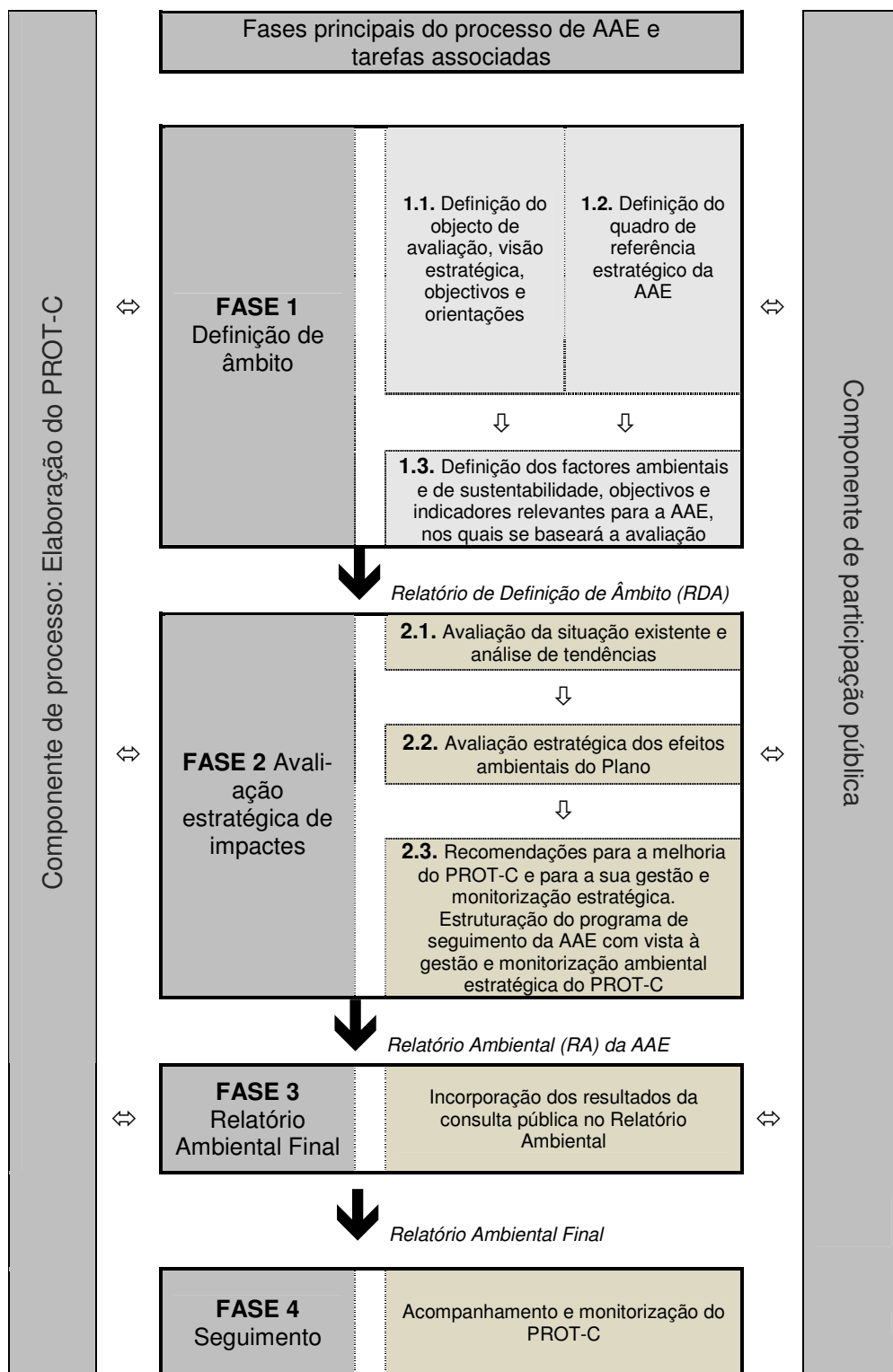


Figura 2 – Metodologia geral da AAE do PROT-C

4. Situação actual e tendências de evolução sem PROT

Neste capítulo apresenta-se uma breve caracterização da situação actual da Região Centro e tendências de evolução sem o PROT para os factores ambientais e de sustentabilidade seleccionados, com o intuito de definir um referencial para a avaliação de impactes ambientais de natureza estratégica.

Governança

A situação actual parece evidenciar alguma lacunas no domínio da governança, nomeadamente: descoordenação existente entre as diversas instituições da Administração Pública quer a nível vertical, quer horizontal; défice de cooperação entre o sector público e privado; falta de cultura de avaliação das políticas públicas; excesso de regulamentação, que por sua vez é também de uma grande complexidade. Contudo, os documentos de referência apontam para uma aposta forte na transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência, princípios norteadores da governança sendo, portanto, a tendência preconizada como positiva. No entanto, não se pode ignorar o risco de insucesso associado à implementação das orientações e à obtenção dos objectivos que se preconizam. Um aspecto determinante neste processo reside no facto requerer a combinação de duas vertentes, ou seja, o esforço deve ser tanto do governo e suas instituições como dos próprios cidadãos em assumirem uma cidadania activa.

Desenvolvimento Humano

O factor desenvolvimento humano avalia as condições para um bem-estar e uma valorização do capital humano, numa sociedade inovadora, criativa, atraente e segura que promova a iniciativa e a autonomia individual. Basicamente, o objectivo a atingir será contribuir para a melhoria de vida da população, não só a nível material, mas também político, pessoal e mesmo emocional. Os elementos relativos à saúde, longevidade, educação, equipamentos e pobreza apontam para uma situação ainda muito frágil no que concerne a exigências mínimas nomeadamente de educação (15% de analfabetismo, apenas 61% com a escolaridade básica, apenas 10% com nível secundário e 10% com nível superior). Nesta perspectiva, as tendências de evolução só podem ser positivas. Para outros aspectos de mais difícil avaliação incluídos neste factor é de realçar que o PROT-C assenta num conjunto de valores que constituem a base para a visão e missão para a Região Centro, os quais justificam a expectativa de uma tendência de evolução também positiva.

Desenvolvimento Económico

A economia da Região Centro apresenta algumas características marcantes que enquadram a elaboração do PROT-C:

- a economia regional apresenta um peso excessivo dos sectores primário e secundário. Em sub-regiões com base industrial exportadora tem vindo a verificar-se uma quebra no crescimento, existindo ainda no entanto uma indústria tradicional forte e internacionalizada em diversas áreas. As sub-regiões com maior dinâmica industrial apresentam uma grande capacidade exportadora.
- a localização da Região confere-lhe um papel central na articulação interna e externa do território nacional
- existe potencial para fazer emergir alguns eixos de desenvolvimento nas sub-regiões mais pobres.
- no Centro Litoral, nomeadamente na área de influência de Coimbra, existe capacidade em serviços avançados de apoio à actividade empresarial, mas nas sub-regiões mais deprimidas a base de apoio às empresas é fraca.

- o sistema científico e de formação tem valor reconhecido e uma distribuição territorial alargada na região, possibilitando a promoção da transferência, apropriação e uso de conhecimento. Contudo, o sistema científico está deficientemente articulado com o sistema produtivo, nomeadamente nas áreas industriais tradicionais.

- o peso da mão-de-obra com formação superior tem vindo a aumentar, existindo mão-de-obra altamente especializada em sectores de *ponta*. Contudo, verificam-se ainda em geral baixos níveis de qualificação da mão-de-obra, sobretudo nos sectores tradicionais, bem como dos padrões e empregadores.

- a qualidade do património natural, construído e cultural pode constituir uma vantagem comparativa da região, potenciando novas oportunidades de desenvolvimento, por exemplo nos segmentos de turismo natureza e turismo rural.

A economia da Região pode ter uma margem de crescimento significativa, mas enfrenta vários desafios importantes, tais como o crescimento mais efectivo da produtividade, aliada à garantia de uma crescente coesão social e de um elevado padrão de qualidade ambiental. Sem uma intervenção articulada das autoridades e o desenvolvimento de políticas territorializadas é de prever que as tendências de evolução recentes se venham a verificar nos próximos anos, acentuando a situação descrita. A evolução da conjuntura económica internacional, poderá ainda reforçar os problemas verificados nos sectores económicos tradicionais e nas sub-regiões mais pobres, caso não sejam adoptadas políticas para potenciar os pontos fortes e as oportunidades da Região e para controlar as ameaças e vencer os pontos fracos.

Dinâmica Territorial

A região Centro é muito diversificada do ponto de vista dos recursos naturais, da estrutura económica e da distribuição da população, com uma rede urbana multipolar e uma posição geográfica estratégica nas ligações entre o Norte e o Sul e com a Europa. Perspectiva-se uma tendência para a estabilização demográfica. O aproveitamento de novas oportunidades pode potenciar o aumento e diversificação das acessibilidades e combater a fragmentação e desarticulação territorial.

Caso não sejam concretizadas eficazmente medidas que visem assegurar a coesão, diversidade e sustentabilidade do território regional, dificilmente poderão ser invertidas as principais tendências negativas nos padrões territoriais e de população da região, nomeadamente:

- ocupação indevida das áreas de Domínio Público Marítimo, aumentando o risco de erosão;
- aumento de intenções construtivas nos aglomerados costeiros, e consequente desordenamento da região;
- desertificação humana e descaracterização dos centros históricos e expansão desordenada das periferias urbanas;
- despovoamento e fragilização demográfica e socioeconómica de vastas áreas e insuficiente desenvolvimento dos sistemas urbanos não metropolitanos e da sua articulação com os espaços rurais envolventes, enfraquecendo a competitividade e a coesão territorial;
- a degradação/alteração dos recursos naturais, nomeadamente os florestais, e da paisagem devido à falta de planeamento e de gestão responsável e sustentável, com o consequente aumento de risco de incêndio;
- degradação do solo e riscos de desertificação, agravados por fenómenos climáticos (secas e chuvas torrenciais) e pela dimensão dos incêndios florestais;

- dificuldade de coordenação entre os principais actores institucionais, públicos e privados, responsáveis por políticas e intervenções com impacte territorial.

Alterações Climáticas

As alterações climáticas são consideradas um problema à escala global. As principais fontes de emissão de gases de efeito de estufa (GEE) na Região concentram-se essencialmente nos centros urbanos (Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, Leiria e Castelo Branco) e nas zonas de actividade industrial considerável (Estarreja, Figueira da Foz, Marinha Grande e Vila Velha de Ródão), distribuindo-se essencialmente pelas zonas litorais, Baixo Vouga, Baixo Mondego e Pinhal Litoral, e no interior, na Beira Interior Sul. No contexto da Região, o recente aumento de emissões de GEE está fortemente relacionado com os processos de urbanização difusa e o crescimento das cidades para as periferias. De igual modo, a expansão das infra-estruturas rodoviárias sem uma estratégia de transportes colectivos eficaz promove cada vez mais o recurso a transportes individuais e, conseqüentemente, ao aumento das emissões de GEE. As tendências actuais apontam, assim, para a manutenção dos padrões de aumento das emissões, sem um aproveitamento pró-activo das oportunidades a nível da redução associadas à gestão de resíduos e águas residuais, à gestão florestal, à gestão e eficiência energética e recurso a energias renováveis e aos transportes. O contributo do PROT-C neste domínio poderá vir a ser muito relevante.

Recursos Naturais

Face às especificidades da região, a análise deste factor focou sobretudo os recursos hídricos, energéticos e florestais. A região Centro apresenta recursos hídricos de grande importância, dominados por bacias hidrográficas emblemáticas como as do Mondego, Vouga, Lis e parte do Tejo, com características únicas sob o ponto de vista das reservas estratégicas de água em bacias exclusivamente nacionais, como é o caso da albufeira da Aguieira que é responsável pelo abastecimento ao baixo Mondego. No total, a capacidade útil de reserva hídrica na Região Centro aponta para valores da ordem dos 2 600 hm³.

Os recursos florestais da região Centro são constituídos, sobretudo, por espécies madeiras (cerca de 80%), possuindo mais de 200 mil explorações, o que corresponde a cerca de 58,6% do total nacional. A gestão e exploração florestal na região, apresenta contudo debilidades conhecidas que afectam o desenvolvimento desta fileira.

Na última década, a Região Centro emergiu com uma forte representatividade no potencial nacional de produção de energias renováveis. Importa realçar ainda o potencial de aproveitamento de biomassa que esta região apresenta como resultado da sua riqueza florestal, existindo actualmente três centrais de biomassa.

A ausência de um quadro regulador como o PROT-C poderia agravar os desvios que se registam do ponto de vista da protecção das massas de água por ineficiente planeamento de recursos hídricos. Seria igualmente mais difícil inverter a tendência de desordenamento territorial com implicação na produção florestal. Por último, sem este instrumento de gestão territorial, haverá necessariamente uma maior dificuldade ao nível da penetração de práticas de eficiência energética. Aliás, no domínio energético, a tendência de evolução tem sido positiva, com utilização crescente de energias renováveis, sendo que avanços significativos apenas poderão verdadeiramente ser concretizados com o papel enquadrador e coordenador de um PROT-C, permitindo que as diversas políticas sectoriais se possam traduzir em mais valias. É, por exemplo, o caso da integração dos objectivos da Estratégia Nacional para a Energia com um eficiente ordenamento florestal que venha privilegiar a produção de biomassa para fins energéticos.

Biodiversidade e Conservação da Natureza

A Região Centro possui uma grande diversidade de ecossistemas, apresentando um mosaico de sistemas naturais que inclui serras, rios, áreas costeiras, zonas húmidas, florestas, áreas cultivadas, entre outros. A rede de áreas classificadas na Região Centro ocupa cerca de 16% deste território, integrando, até ao final de 2008, 8 áreas protegidas (4 parques naturais, 3 reservas naturais, 1 área de paisagem protegida), 8 Zonas de Protecção Especial (ZPE), e 18 Sítios de Importância Comunitária (SIC) classificados no âmbito da Rede Natura 2000. Recentemente foi criada uma nova área protegida na Região com a classificação do Monumento Natural das Portas de Ródão. As áreas protegidas da Região Centro ocupam um total de cerca de 272 040 ha, as ZPE 149 538 ha e os SIC 483 144 ha, sendo que existem sobreposições entre os diversos tipos de áreas classificadas.

Observa-se que a generalidade da paisagem da Região apresenta níveis médios a elevados de fragmentação, com particular incidência nas sub-regiões litorais. Nos últimos anos registaram-se alguns progressos no domínio do estabelecimento de áreas classificadas, no entanto a eficácia da salvaguarda dos valores naturais classificados depende da elaboração e implementação de planos eficazes de ordenamento e gestão. Nesta matéria, verifica-se que seis das áreas protegidas da Região Centro possuem um Plano de Ordenamento (PO) aprovado e publicado, estando os PO das restantes duas áreas em fase de revisão.

A inversão das tendências negativas reveste-se de elevada dificuldade, sobretudo ao nível do controlo da pressão urbana, da redução da emissão de contaminantes e da redução das taxas de destruição e fragmentação de habitats. Será fundamental articular os instrumentos de gestão territorial com as políticas sectoriais que têm vindo a ser propostas em diferentes domínios, tais como a gestão da água, o controlo de incêndios florestais e o controlo de espécies exóticas invasoras.

Qualidade do Ambiente

A análise da Qualidade do Ambiente incide sobre os domínios da qualidade da água, qualidade do ar, protecção do solo e gestão de resíduos. A degradação da qualidade da água é identificada como o maior problema associado aos recursos hídricos na Região Centro, sendo consequência da pressão urbana e do deficiente saneamento ambiental, de efluentes industriais e agrícolas derivados de práticas de agricultura e pecuária intensivas. A qualidade do ar apresenta algumas situações preocupantes, sendo frequentes as excedências dos Valores Limiar de Informação da População (ozono troposférico) e dos Valores Limite (partículas), verificando-se a situação mais crítica na Zona de Influência de Estarreja.

A contaminação do solo na região Centro tem origem nas actividades agro-pecuárias, actividades mineiras, actividades ligadas à extracção de inertes, para além da utilização indiscriminada do solo para actividades de despejo de resíduos não controlado. O destino final dos resíduos sólidos urbanos é quase exclusivamente o aterro sanitário, sem tratamentos de valorização, com excepção do Sistema Águas do Zêzere e Côa onde existe uma unidade de tratamento por compostagem. A recolha selectiva é ainda muito insuficiente, sendo recolhidos selectivamente apenas 2,4% do total de RSU produzidos na Região. Verifica-se ainda que as infra-estruturas de deposição, tratamento e valorização de resíduos industriais são praticamente inexistentes.

A ausência de instrumentos como o PROT-C poderá levar a uma diminuição dos níveis de protecção da água com repercussão consequente ao nível da qualidade. No domínio da qualidade do ar a tendência geral é de manutenção das situações preocupantes nos principais centros urbanos e pólos industriais da Região, prevendo-se a continuação das situações de incumprimento da legislação. As práticas de ordenamento do território têm implicações directas na protecção do solo, sendo as tendências de evolução para este

aspecto negativas caso o PROT-C não seja implementado. A gestão de resíduos tem vindo a melhorar progressivamente, no entanto, persistem ainda problemas que devem ser resolvidos, nomeadamente carências a nível de infra-estruturas de deposição, tratamento e valorização de resíduos. As tendências de evolução no sector são positivas, nomeadamente pela entrada em vigor do PERSU II e pela disponibilidade de financiamento comunitário para o período 2007-2013.

Riscos Naturais e Tecnológicos

A crescente artificialização e complexificação das sociedades modernas, tem vindo a contribuir para uma crescente exposição a riscos de origem natural e tecnológica. A Região Centro é ciclicamente fustigada por incêndios e apresenta problemas graves de erosão costeira em certos troços do litoral. É também ao longo do litoral nacional que se localizam as principais indústrias e armazenagens de produtos químicos, bem como as infra-estruturas de distribuição de combustível. Por outro lado, é provável um aumento da ocorrência de fenómenos climáticos extremos, com os consequentes riscos para o ambiente e a sociedade, que têm aliás vindo a ser registados com uma frequência cada vez maior nos últimos anos, a nível global.

Ao longo dos últimos anos tem-se verificado uma tendência para uma maior consciencialização para as questões relacionadas com os riscos naturais e tecnológicos. Neste contexto, espera-se que, mesmo na ausência de PROT-C, se venha a verificar um esforço crescente na redução da vulnerabilidade e na preparação de respostas a situações de emergência, de acordo com as tendências já verificadas.

Por outro lado, a pressão crescente de sectores importantes da economia regional, como a indústria, o turismo e a agricultura, se não for devidamente enquadrada por instrumentos de gestão territorial adequados, poderá contribuir para o aumento das pressões e da vulnerabilidade de pessoas e bens a situações de riscos naturais, pela crescente alteração do coberto vegetal e construção em zonas sensíveis como a orla costeira ou leitos de cheia. Espera-se que o PROT-C possa vir a contribuir para o controlo destas pressões.

5. Avaliação Estratégica de Impactes

Neste capítulo apresenta-se uma síntese da avaliação estratégica de impactes, tendo em consideração os 3 níveis de estruturação do PROT-C descritos no capítulo 2: visão estratégica, sistemas estruturantes e unidades territoriais.

A visão preconizada no PROT-C traduz a materialização de uma política de ordenamento do território que contribua para que a Região Centro seja uma economia competitiva, integrada e aberta. Destaca-se como positivo o facto da proposta de geo-estratégia territorial pretender afirmar a Região como um território onde se combinem de forma virtuosa objectivos de competitividade e de coesão territoriais, através de um alargamento da base territorial da competitividade regional que permita estender os recursos endógenos mobilizáveis para o desenvolvimento, e assegurando o direito de cidadania e de qualidade de vida nos territórios de mais baixa densidade.

Embora as pessoas estejam consideradas de forma indirecta em todos os aspectos que compõem a visão do PROT-C, este plano não traduz uma preocupação directa na forma de potenciar as competências e satisfazer as necessidades das pessoas enquanto indivíduos. Uma abordagem mais dirigida para as pessoas poderia trazer importantes benefícios em termos de satisfação das populações e de mudança de atitudes e comportamentos, induzindo uma melhor cidadania ambiental e territorial.

Nem sempre o desenvolvimento económico é compatível com outras preocupações de cariz mais social, e a Região Centro, sendo um território muito assimétrico a diversos níveis deveria apostar e investir na componente social de forma inequívoca. A saúde, a educação, a segurança, o ambiente e a cultura são componentes fundamentais do desenvolvimento humano e sustentável e devem assumir-se como prioritárias no PROT-C.

Paralelamente, deve apostar-se crescentemente numa atitude mais pro-activa na relação entre a sociedade civil e as autoridades. Mais do que o simples fornecimento de informação, a participação e a disponibilidade para ouvir as populações assumem-se como fundamentais, sendo necessário criatividade e inovação, na maneira como se promovem essas actividades.

Numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, que contemple os vectores económico, social e ambiental, seria ainda desejável que a proposta de geo-estratégia territorial contivesse uma referência explícita aos aspectos ambientais, a par com os objectivos de competitividade e coesão social enunciados, sem prejuízo das referências a esta dimensão contidas nas secções seguintes do capítulo da visão estratégica.

A Visão Estratégica contempla um conjunto de aspectos positivos para a melhoria do ambiente na região, nomeadamente pela potenciação da biodiversidade e das suas mais valias ambientais, pela implementação de políticas de prevenção e mitigação de riscos, pela aposta nas energias renováveis ou pela reestruturação da indústria tradicional, com efeitos positivos na generalidade dos factores de ambiente e sustentabilidade considerados na presente AAE (e.g. alterações climáticas, recursos naturais, qualidade do ambiente, biodiversidade, riscos naturais e tecnológicos). Contudo, muitas das intervenções estratégicas previstas poderão também contribuir para cenários de agravamento das actuais situações de artificialização e fragmentação do território, podendo vir a estar na origem de riscos indirectos e com potencial efeito cumulativo, nomeadamente os efeitos decorrentes da presença das novas infra-estruturas de transportes e de turismo.

Algumas das orientações estratégicas preconizadas no PROT-C parecem encerrar algum potencial conflito entre os três pilares da sustentabilidade, não sendo claro de que modo é que os diferentes objectivos poderão vir a ser compatibilizados.

Por outro lado, a visão estratégica parece não dar uma particular atenção à promoção de incentivos à requalificação/ substituição de actividades económicas causadoras de significativos impactes ambientais, nem à abordagem dos diversos passivos ambientais existentes na Região. Mais uma vez, existem prioridades específicas orientadas para estes aspectos mas considera-se que se justificavam orientações estratégicas horizontais que tornassem mais clara uma abordagem integrada e articulada na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

As orientações estratégicas e normas para os sistemas produtivos visam criar oportunidades para o desenvolvimento económico da Região, articulado com objectivos de natureza ambiental e social. Estas orientações traduzem-se, em geral, por oportunidades para os factores de ambiente e sustentabilidade considerados na presente AAE, por via do desenvolvimento de novos conhecimentos e tecnologias, pelo reforço de fileiras produtivas adequadas às especificidades locais do território, pela exigência de boas práticas de gestão ambiental, promoção da eficiência energética e energias renováveis e da regulação e gestão territorial. No entanto, poder-se-ão também verificar efeitos negativos, associados à concentração de actividades e aumento da escala do sistema económico regional, com o consequente aumento da pressão nos sistemas naturais e humanos da Região.

A política territorial de concentração descentralizada, estruturada num território policêntrico suportado no papel dos centros urbanos regionais (1º nível) enquanto factores de “amarração” e organização territorial de centros urbanos estruturantes (2º nível) e complementares (3º nível) constitui uma oportunidade para melhorar o modelo de gestão e ordenamento do território, com implicações muito positivas no domínio do ambiente e sustentabilidade. O sistema urbano policêntrico e a multiplicidade de geometrias de relacionamento associadas constituem um importante potencial para a conciliação de objectivos de competitividade e coesão regional. Subsistem riscos associados a um eventual desequilíbrio na dinâmica de desenvolvimento dos diferentes centros urbanos, que contribua para acentuar ainda mais as assimetrias existentes, bem como os riscos para o ambiente associados à expansão dos aglomerados urbanos (se bem que estes últimos sejam francamente controlados pelas exigências do normativo proposto no PROT-C).

Das intervenções enquadradas no sistema de acessibilidades e transportes poderão resultar efeitos positivos no desenvolvimento humano, competitividade, dinâmica territorial e alterações climáticas, por via da melhoria da conectividade, acessibilidade e mobilidade intra e inter-regional. A aposta no planeamento e gestão da mobilidade, materializada no reforço das redes e serviços de transporte público e sistemas de gestão activa da procura de pessoas e mercadorias, também constitui uma oportunidade de melhoria ambiental.

No entanto, as intervenções preconizadas neste domínio revestem-se maioritariamente de um cariz infra-estrutural (e.g. novos eixos rodoviários e ferroviários, plataformas logísticas, infra-estruturas aeroportuárias) que causam sempre importantes impactes negativos no ambiente, sobretudo no domínio da biodiversidade e conservação da natureza, recursos naturais, qualidade do ambiente e riscos naturais e tecnológicos. Prevêem-se efeitos negativos significativos, de origem directa e indirecta, associados à ocupação e uso do solo, decorrentes da implantação de infra-estruturas e de equipamentos estruturantes, com o correspondente aumento dos territórios artificializados e a potencial interferência com áreas naturais e semi-naturais com valor ambiental.

Um dos principais riscos para biodiversidade e recursos naturais relaciona-se com a dificuldade de assegurar a articulação e integração das normas em diferentes domínios numa lógica de governança sustentável. Esta preocupação, aliás expressa no PROT-C, resulta da incerteza associada à conjugação no território das múltiplas políticas sectoriais e à necessidade de traduzir as orientações do PROT ao nível dos PMOT, onde a escala administrativa concelhia nem sempre é compatível com a escala de funcionamento dos sistemas naturais.

As orientações estratégicas para os sistemas de protecção e valorização ambiental, pela sua própria natureza, configuram-se como importantes oportunidades para valorizar as especificidades ambientais do território e promover a conservação/requalificação da sua base de capital natural, sendo por isso globalmente muito positivas. O principal risco que subsiste neste domínio relaciona-se com as dificuldades de articulação e compatibilização de objectivos entre as orientações para este sistema estruturante e as opções preconizadas para outros domínios, em particular no domínio das acessibilidades e transportes de dos sistemas produtivos. Do mesmo modo, as orientações e normativo proposto no domínio do sistema de riscos naturais e tecnológicos também são globalmente positivos.

As normas de base territorial contemplam um conjunto de orientações para aspectos como padrões de povoamento, classificação e qualificação do solo, edificabilidade em solo rural, edificação turística e ocupação da zona costeira, que traduzem condicionantes fundamentais, que configuram requisitos mínimos de salvaguarda da sustentabilidade da gestão do território da Região Centro, que importa acautelar e reforçar.

O PROT-C pretende dar cumprimento às orientações fundamentais de um vasto conjunto de Estratégias e Programas Nacionais e Regionais, com especial destaque para o POR do Centro 2007-2013, ENDS e PNPOT. Os objectivos gerais, e respectivos vectores de intervenção estratégica, da visão delimitada pelo PROT-C identificam um conjunto de grandes linhas de orientação que globalmente configuram uma oportunidade para melhorar a organização e gestão territorial da região, dando resposta positiva aos principais desígnios estratégicos que devem caracterizar um instrumento desta natureza.

Apesar de globalmente o PROT-C ser um plano positivo, em muitas das orientações e opções preconizadas, quer no referente aos sistemas estruturantes quer nas opções para as unidades territoriais, parece prevalecer o paradigma de que uma melhor qualidade de vida das populações só pode ser alcançada pela via do crescimento: mais urbanização, mais edificação, mais auto-estradas e ferrovias, mais aeroportos, mais entidades e competências. Considera-se que poderia ser interessante, e benéfico em termos ambientais, serem equacionadas vias alternativas para promover o desenvolvimento humano e o bem-estar individual e social que não passem necessariamente pelo aumento da escala das actividades humanas.

6. Recomendações e monitorização ambiental estratégica

No exercício de avaliação foram propostas diversas recomendações para contribuir para uma adequada implementação do PROT-C, em sintonia com os objectivos de ambiente e sustentabilidade estabelecidos. De entre estas destacam-se:

- Apesar de se reconhecer o esforço de simplificação efectuado, a organização do Relatório do PROT-C é ainda bastante complexa, tornando difícil a apreensão dos factores-chave para o futuro da Região Centro. Pretendendo-se que a proposta de PROT-C possa constituir uma base para o diálogo, articulação e coerência entre os diferentes actores e níveis de análise, torna-se fundamental melhorar a sua estruturação e a organização do normativo. A disponibilização de uma versão de divulgação pública do PROT-C poderia ser um instrumento útil neste contexto.
- Dado o elevado número de normas e orientações constantes no PROT-C e a sua diversidade em termos de grau de detalhe, relevância e implicações na organização do território, considera-se que seria útil proceder à realização de um exercício de hierarquização das diversas medidas e normas, que permita definir patamares de prioridade de implementação num quadro de exequibilidade económica, institucional e funcional. A concretização deste exercício permitirá aumentar a objectividade do Plano e efectuar um seguimento mais eficiente.
- A eficaz implementação do PROT-C aponta para a necessidade imperativa de articulação entre os vários interesses, níveis de decisão e organismos presentes na Região. Sem essa articulação não será possível tirar partido das orientações e normas propostas. Neste contexto, a monitorização estratégica e o desenvolvimento de um sistema de informação de apoio à implementação do PROT-C surgem como instrumentos de gestão fundamentais, desde que consolidados com indicadores fáceis de medir e aplicados de forma continuada.
- Importa assegurar uma abordagem integrada e optimizada da distribuição territorial das intervenções do plano, de forma a evitar a duplicação e sobreposição de serviços, equipamentos e infra-estruturas, maximizando sinergias e poupando recursos. Importa privilegiar a requalificação e aproveitamento de infra-estruturas e equipamentos já existentes, ou a recuperação de áreas anteriormente ocupadas por outras actividades, em detrimento da expansão para novas áreas, nomeadamente na criação de PCT, CAT ALEC e ZAES.
- Deverão ser associados objectivos de eco-eficiência e qualidade do ambiente à promoção da inovação e competitividade, dando prioridade a projectos que adoptem boas práticas de gestão ambiental e que façam prova de uma atitude de responsabilidade social e ambiental, bem como que contribuam para o cumprimento de objectivos e metas de sustentabilidade nacionais. A garantia de sustentabilidade ambiental das principais áreas de ocupação turística deve ser um requisito essencial para a aprovação de projectos. Deve igualmente garantir-se a adopção de boas ambientais no domínio das actividades agro-florestais.
- Seria desejável o reforço das orientações que promovessem a diferenciação pela positiva da base produtiva regional, com base em critérios de sustentabilidade. Por exemplo, poderia ser promovido o desenvolvimento de projectos de inovação e empreendedorismo que assentem na utilização sustentável e na valorização da biodiversidade, na eco-eficiência, na eficiência energética, ou na utilização eficiente da água, designadamente nos domínios da floresta, saúde e biotecnologia, produção agrícola biológica, eco-turismo e conservação de habitats.

- Deverá ser promovida uma avaliação ecológica e económica dos serviços dos ecossistemas da Região Centro, que sirva de base para o desenvolvimento de estratégias integradas de valorização da base produtiva, coerentes com a preservação da biodiversidade.
- Recomenda-se o reforço de uma estratégia que privilegie a articulação entre os diversos modos de transporte, fortalecendo eixos e nós de ligação e a articulação entre as vias rodoviária, ferroviária e marítima, em consonância com a estratégia nacional em desenvolvimento no Plano Estratégico dos Transportes (PET). O reforço dos designados “modos suaves” de transporte também deveria ser uma orientação estratégica do PROT-C que não encontra expressão nas orientações e no normativo proposto. Sugere-se, assim, que sejam integradas as orientações e medidas preconizadas naquele Plano para a prossecução dos seus objectivos estratégicos e específicos, devendo considerar-se o reforço destes requisitos em algumas normas.
- Recomenda-se ainda que se aprofundem as normas e orientações de articulação entre o Sistema de Protecção e Valorização Ambiental e os restantes sistemas estruturantes, face à construção de grandes infra-estruturas previstas para a região (e.g. transporte ferroviário de alta-velocidade, novas barragens inseridas no Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico).
- O PROT-C deveria assumir uma aposta clara nas populações, nos indivíduos e na sua qualidade de vida, que se traduz num melhor urbanismo, num melhor ambiente, em melhores oportunidades sociais, educacionais, culturais e de saúde. Deve dar-se mais espaço à inovação e criatividade por parte de todos, na sequência da Resolução da Assembleia da República nº 40/2009, de recomendação para a criação e desenvolvimento de uma “Fábrica de Ideias” na Administração Pública.
- A montante do PROT-C deveriam estar definidas as principais opções estratégicas para a sustentabilidade regional. Esta matéria deveria ser estabelecida numa Estratégia Regional de Desenvolvimento Sustentável (ERDS), seguindo de perto os modelos já desenvolvidos para a escala nacional. Neste quadro pretender-se-ia reforçar a necessidade de um modelo político-institucional de desenvolvimento sustentável, que articule conjuntamente os aspectos ambientais, de ordenamento do território, económicos, sociais e de governança de forma a tornar mais eficazes as actuais práticas de ordenamento e gestão do território. Adicionalmente, o próprio PROT-C deverá internalizar de forma mais clara e explícita princípios e medidas de desenvolvimento sustentável regional.

A monitorização e a avaliação do desempenho ambiental associado à execução do PROT-C são fundamentais. Sem prejuízo das responsabilidades determinadas por lei, considera-se essencial garantir a existência de uma estrutura de acompanhamento ambiental do PROT-C que permita uma representação alargada da sociedade civil e que reúna as competências técnicas essenciais.

Sugere-se a adopção de um conjunto de indicadores, estruturados em dois grupos, por forma a seguir e monitorizar os impactes estratégicos nos factores de ambiente e sustentabilidade, decorrentes da implementação das acções estratégicas do PROT-C.